

Legados Ecológicos e Transição da Paisagem no Médio Vale do Paraíba do Sul: Do Café às Pastagens

Lucas Santa Cruz de Assis Brasil ¹
Mariana Martins da Costa Quinteiro ²
Rogério Ribeiro de Oliveira ³

RESUMO

O Vale do Paraíba do Sul foi palco de um dos mais importantes, impactantes e transformadores ciclos econômicos na história da Mata Atlântica. Seu declínio produziu marcas presentes na paisagem até os dias atuais. A pecuária, já presente na região para abastecimento local, tornou-se o uso majoritário do solo após a decadência cafeeira, permanecendo neste posto até os dias atuais. Neste artigo, buscou-se realizar uma descrição da transição da paisagem do Médio Vale do rio Paraíba do Sul, desde o café até o cenário atual de pastagens. Foram combinados dados de campo, história oral e documentos históricos nesta análise. Os trabalhos de campo foram realizados no município de São José do Barreiro -SP. As explicações para o decréscimo da atividade cafeeira e o crescimento da pecuária na paisagem se deram tanto por fatores socioeconômicos quanto físico-ecológicos.

Palavras-Chave: História Ambiental; Pecuária; Transformação da Paisagem.

¹ Doutorado em andamento em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Brasil. Mestrado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Brasil. brasilucas@gmail.com

² Doutorado em Ciências Ambientais e Florestais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Brasil. Pesquisadora na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Brasil. marianaquinteiro@gmail.com

³ Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil. Docente na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Brasil. rro@puc-rio.br

Paisagens atuais podem ser observadas tanto como um produto da coevolução das sociedades humanas presentes e passadas com seu meio natural, como a resultante do metabolismo social dessas sociedades ao longo do tempo (Oliveira 2015). A ocupação humana sobre o planeta foi moldando a paisagem e por ela sendo moldada, o que faz com que esta seja, ao mesmo tempo, o produto e o produtor de um processo histórico, caracterizando-a como um sistema complexo (Morin 2006). Assim, diferentes histórias de uso e ocupação configuram e resultam de uma variedade de composições da paisagem. Estas transformações testemunham intervenções dinâmicas impressas na paisagem, fruto de processos naturais e atividades dinâmicas, muitas vezes sem legados outros que a própria paisagem, como narrativa da interação cultura - território (Oliveira 2015). A evolução das relações sociais e dos processos de trabalho nelas contidas são acompanhadas por mudanças morfológicas e de uso e ocupação do espaço geográfico, determinando diferentes ciclos e épocas (Santos 1997).

Dessa forma, para sermos capazes de fazer uma leitura da dinâmica atual de nossas paisagens devemos estar aptos não apenas a observar os fenômenos naturais e contemporâneos, mas também a interpretar momentos históricos específicos, em diferentes escalas e padrões de ocupação espacial e social (Oliveira 2015). Para tanto, diferentes perspectivas metodológicas vêm sendo empregadas, tais como as ecológicas, históricas e etnobiológicas, que apontam para diversas formas de trabalho humano empregado e de paleoterritórios⁴ resultantes, considerando-se variadas escalas de tempo e de culturas atuantes (Santos et al. 2006; Oliveira 2007; Alves et al. 2013; Oliveira & Solórzano 2014, Oliveira 2015)

Essas abordagens são plenas de possibilidades de análise no que se refere à paisagem do Médio Vale do Paraíba do Sul. A região, com sua história fortemente orientada pelo ciclo cafeeiro é meritória de ser enxergada por tais lentes. Assim, beneficiado pela altitude e umidade locais, o café foi maciçamente plantado no Vale do rio Paraíba do Sul por cerca de 160 anos, desde o início do século XIX, originando uma gama de morros carecas e áreas abandonadas, onde a flora, a fauna e a floresta primária de Mata Atlântica, outrora exuberantes, não se fazem mais presentes (Drummond 1997). Soma-se à degradação ambiental uma outra, de ordem social, uma vez que essa atividade reforçou estruturas arcaicas de exploração do trabalho e da renda da terra, ao ser sustentada pela escravidão. Não há números, nem absolutos nem relativos, que ilustrem o emprego da mão-de-obra escrava na cultura do café no Vale do Paraíba. Contudo, sabe-se, que ao final de 1880, a região cafeeira concentrava pelo

⁴ Utiliza-se este termo no sentido de se dar ênfase às resultantes ecológicas decorrentes do uso histórico da paisagem por populações específicas ou por algum ciclo econômico (Oliveira 2015).

menos mais da metade dos escravos cativos do país (Valverde 1967). Consistiu assim, uma cultura de exportação, sem maiores compromissos com o meio físico em que se encontrava ou com o quadro social em que se inseria.

Iniciado no princípio do século XIX, o ciclo do café na região atingiu um rápido apogeu, com a instalação de centenas de fazendas. Seu declínio se deu concomitante com o esgotamento do solo, a abolição da escravidão e crises econômicas internacionais. A mudança das atividades econômicas – do café às pastagens – igualmente, contribuiu para um intenso processo de transformação da paisagem (Dantas 1995). Entretanto, no que se refere ao legado ecológico deste importante ciclo econômico são disponíveis poucas informações relativas à sua ecologia histórica pós declínio. Embora o processo de avanço da cultura do café sobre o território da região Sudeste, assim como as transformações socioecológicas oriundas deste processo, incluindo sua crise, tenham sido bem debatidos, os fenômenos que se sucederam após o término do “ciclo do café” são pouco explorados ainda.

Um caminho para o resgate de momentos históricos, especialmente aqueles sobre os quais poucos registros foram realizados, pode ser feito pelo estudo dos paleoterritórios. Os atuais biomas guardam vestígios significativos das formas de uso e ocupação dos territórios por culturas humanas, ora mais relacionados à erradicação desses ecossistemas, ora com sua alteração estrutural (Oliveira 2015). Nesse contexto, a cafeicultura em grande escala foi a atividade que mais radicalmente afetou os ecossistemas e as paisagens de Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro, dada a imediatamente boa adaptação de *Coffea arabica* ao clima desta região (Drummond 1997). A cultura do café passa, assim, a ser o elemento mais efetivo na destruição das matas deste estado, especialmente onde os terrenos mostravam-se excessivamente acidentados e os solos passaram por intensos processos de erosão, como pode ser observado em Angra dos Reis e Parati (Valverde 1967).

Apesar de consistirem empresas agrícolas e comerciais de alta complexidade, as atividades do café fizeram uso de uma técnica rústica de apropriação e transformação da paisagem, que lhes condenou a um futuro fracasso desde o seu início: a coivara indígena em larga escala, como forma de limpar e fertilizar a terra para as monoculturas latifundiárias se implantarem (Drummond 1997). A diferença entre a coivara indígena e a monocultura latifundiária foi tecnológica e estava ligada às diferenças em escala espacial e temporal de formas de manejo e uso do solo, segundo seus objetivos e tradições. Como resultante, temos a retomada da mata extremamente dificultada após o abandono das lavouras.

Muitas vezes, a análise das atividades antrópicas no remodelamento e alteração da paisagem causa uma impressão distorcida da realidade, enfatizando a sociedade como agente de transformação e minimizando os impactos que a própria sociedade sofre por estas atividades. De fato, muito se credita ao tempo monocultor do café à paisagem atual. Entretanto, devemos elucidar de que forma ocorreu a mudança de um arranjo espacial todo orientado para a produção agrícola, monocultor, dependente de mão de obra intensiva, para um arranjo espacial substancialmente distinto, que utiliza pouco manejo, pouca produção agrícola e poucos recursos humanos. Como cada camada desse palimpsesto de usos contribui de fato para a paisagem atual do Vale do Paraíba?

Igualmente, podemos observar como um indicador do impacto do ciclo do café, a atividade subsequente adotada de forma generalizada: a criação de gado. Por que a pastagem se configurou como o uso de solo majoritário em diversas áreas do Vale do Paraíba? Por quais motivos a agricultura, seja ela latifundiária monocultora ou familiar, não se desenvolveu no pós-café nessa região? Houve incentivos estatais para que a pecuária extensiva se desenvolvesse? Qual o peso que o legado ecológico de terras improdutivas possui nessa equação? Será que aos solos degradados das monoculturas latifundiárias restavam poucas alternativas em termos de produção econômica, além de outra atividade igualmente degradante, as pastagens? Como se deu a sucessão dessas espécies e gêneros exóticos em detrimento da vegetação nativa na região? Qual o significado dessas sucessões na paisagem e na percepção dos representantes locais que lidam com essas plantas?

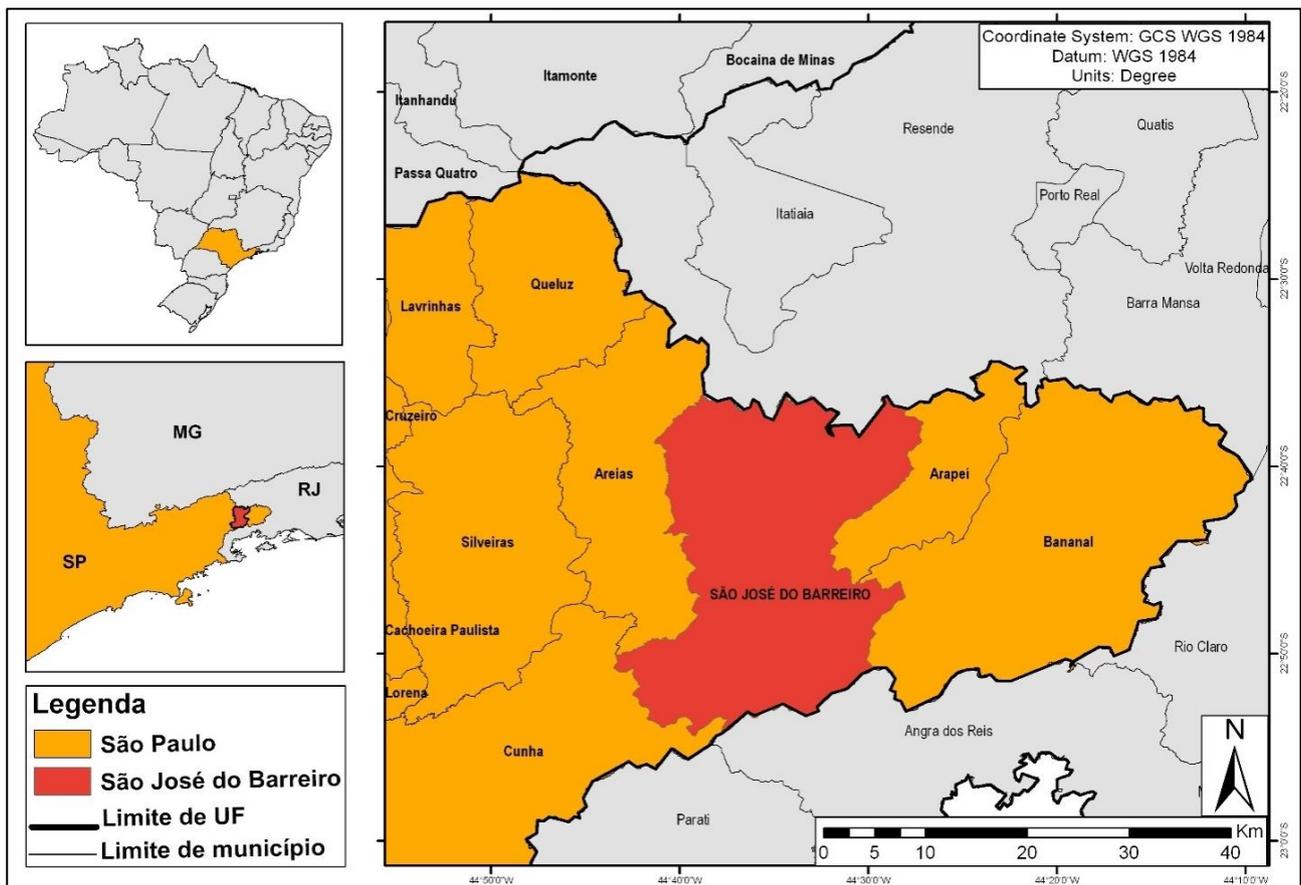
Através da análise das transformações socioambientais poderemos chegar a um questionamento construtivo das paisagens em que vivemos. Conhecer o valor dos recursos históricos e naturais de uma área, observados em seu patrimônio material e imaterial, assim como a qualidade e potencialidade produtiva é uma ferramenta necessária para o desenvolvimento de futuras estratégias de monitoramento e para implementação de ações governamentais, educativas e de conscientização que gerem a conservação de seus ambientes naturais e culturais.

Assim, o presente artigo, fruto de uma dissertação, tem como objetivo investigar processos relacionados ao ciclo do café, envolvidos com a transição socioecológica das florestas nativas de Mata Atlântica por pastagens, na combinação de elementos das ciências sociais e naturais. Nesse sentido, pretende-se recontar a história da sucessão de usos das terras do Vale do Paraíba, identificando os fatores tanto de ordem físico-ecológica, quanto socioculturais que possam ter contribuído na transformação dessa paisagem.

ÁREA DE ESTUDO

Foi utilizado o município de São José do Barreiro como amostra para área de estudo, localizado próximo à divisa entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro (Figura 01). Abrange desde áreas com baixas altitudes na região do Vale do Paraíba, em torno de 500 m de altitude, até áreas com elevadas altitudes na Serra da Bocaina, tendo como ponto culminante o Pico do Tira Chapéu, com 2.088 m de altitude. Neste município, encontram-se remanescentes de Campos de Altitude, Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Ombrófila Mista e Floresta Ombrófila Densa (*sensu* Veloso et al. 1991). Partes destes remanescentes integram uma importante Unidade de Conservação, o Parque Nacional da Serra da Bocaina, com 104.000 ha, que representa uma das maiores áreas de Floresta Atlântica protegidas no país e o maior Parque Nacional da região Sudeste (MMA 2004).

Figura 01. Mapa de localização de São José do Barreiro (SP).



Fonte: Elaborado pelo autor.

São José do Barreiro é um dos municípios que constituem o Médio Vale do Paraíba do Sul. Geomorfologicamente se situa na seção inferior do Médio Vale do Paraíba do Sul, em uma porção designada como “zona de morros do Vale Médio” (Ab’Saber & Bernardes 1958). Para Ab’Saber e

Bernardes, a seção superior do Vale (um terreno sedimentar disposto em formato de calha, ladeando o rio) e a seção inferior fariam sua transição justamente entre o planalto da Bocaina e o maciço de Itatiaia, estando nossa área de estudo justamente nesta transição entre estas diferentes compartimentações do relevo. Assim, apesar de ser um município que está politicamente, situado no estado de São Paulo, a formação de seus terrenos guarda bastante semelhança com os de alguns municípios do estado fluminense, como Barra Mansa e Resende (com o qual faz divisa), com condições ambientais similares quando do avanço do colonizador português sobre essa área.

É importante ressaltar que esta localidade guardava profundas ligações com as terras fluminenses, seja pelo escoamento da produção através do porto de Mambucaba, seja pela ligação férrea que passou a conectar no final do século XIX, a então capital do império com a estação ferroviária de Bananal, para onde as sacas do grão já beneficiado passaram a ser direcionadas para a exportação. A área de estudo faz parte do chamado “Vale Histórico”, composto pelos municípios em cujas terras a lavoura cafeeira e todas as transformações associadas à mesma foram marcantes na sua trajetória. O município já abrigou extensas lavouras de café e foi importante também do ponto de vista de rota comercial, uma vez que era uma das últimas paragens antes de se galgar as inclinadas escarpas da Serra da Bocaina, no caminho que conectava o Vale do Paraíba ao porto de Mambucaba, concentrando assim tropas e pequenas vendas na região. Seu nome deriva da homenagem a uma figura santa e de um atoleiro ali existente – um grande *barreiro* – fruto da localização destas terras aos pés da Serra da Bocaina e, portanto, receptoras dos numerosos cursos hídricos à montante.

Conserva em sua paisagem marcas dos tempos passados, seja no núcleo urbano, com os casarios da cidade dos grandes fazendeiros, seja no campo, com os vestígios da suntuosidade das fazendas dos barões do café. As sedes de fazendas de grandes senhores do café e o terreno arrasado, atualmente composto predominantemente de um mosaico de áreas de pastagem, silvicultura de eucalipto e alguns poucos e pequenos fragmentos florestais, não nos deixa esquecer as transformações que a cafeicultura oitocentista causou naqueles terrenos. Ainda assim, por compreender extensa parte do Parque Nacional da Serra da Bocaina, o município possui altos percentuais de cobertura arbórea. De toda a forma, excluídos os terrenos que integram Unidades de Conservação, a expressão espacial da pastagem na paisagem do município é bem grande. As pastagens dominam praticamente todas as terras situadas entre a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira, só não avançando sobre os terrenos mais íngremes, estes historicamente menos utilizados pelo homem devido a sua dificuldade de acesso (Tabarelli et al. 2010).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Será apresentada uma breve descrição da trajetória dessa paisagem combinando dados de campo (entrevistas e observações diretas), dados obtidos de censos agropecuários e demográficos e relatos históricos oficiais. Para que o levantamento dos documentos não se restringisse às versões oficiais (ou seja, estatais), empregamos o método de entrevistas próprio da história oral, dando voz a moradores emblemáticos, investigando a memória que possuem sobre a natureza na comunidade em tempos passados, dando a oportunidade para que expressem sua história do lugar em que vivem.

A história ambiental busca compreender o papel que a natureza possuiu na modelagem das atividades produtivas e suas metodologias, assim como tais atividades produtivas marcaram a natureza ao longo da história. (Worster 1991). Para reconstruir a paisagem pretérita e os caminhos pelos quais a mesma passou no pós-café, as cinco diretrizes que Drummond (1991) elenca como essenciais para a metodologia da história ambiental – delimitação espacial da área de estudo; transdisciplinaridade; análise da seleção e uso dos recursos naturais; pesquisa documental abrangente; e trabalho de campo como metodologia obrigatória – foram consideradas.

A metodologia constou de pesquisas documentais nos acervos estatais bem como em acervos particulares de moradores em busca de evidências históricas que pudessem explicitar as condições pretéritas do ambiente e quais forças estão envolvidas na transformação da paisagem. Foram consultados inventários de fazendas do município da área de estudo, assim como manuais agrícolas e relatos de época. Foram empregadas entrevistas baseadas na história oral, identificando de que forma as vozes do passado viam os recursos naturais e o uso feito na paisagem destes. Questionários semi-estruturados foram aplicados em campo buscando evidenciar processos relevantes nesta trajetória sucessional.

Os trabalhos de campo foram realizados em Janeiro, Fevereiro e Março de 2017, antecedidos por períodos de pré-campos exploratórios, em Outubro, Novembro e Dezembro, com uma duração média de 05 dias. As entrevistas foram conduzidas com foco na reconstrução de histórias orais, com o auxílio de questionários semiestruturados. O objetivo foi reunir as memórias individuais e coletivas de produtores rurais sobre a história do café e da pecuária. Foram coletadas as percepções da transformação da paisagem de vinte entrevistados. As narrativas foram analisadas em comparação com informações encontradas em publicações acadêmicas e documentos históricos com o intuito de desvelar o passado do uso da terra na região. Por meio das visitas de campo também tivemos a oportunidade de visualizar e estimar em primeira-mão alguns efeitos históricos dessas práticas sobre os

recursos naturais e, na paisagem como um todo, além de tomar contato com registros históricos conservados pelas famílias em suas propriedades.

A amostragem e seleção dos informantes foram realizadas segundo a técnica *Bola de neve* (Bailey 1994). O procedimento utilizado é o reconhecimento de um especialista, que passa a indicar outro e assim sucessivamente, até envolver todos os especialistas da comunidade. Dessa forma, a amostragem realizada foi *não-probabilística*, sendo a amostra designada como *intencional, por julgamento* ou *de seleção racional* (Albuquerque & Lucena 2004). Diferentes especialistas foram abordados, em relações às distintas paisagens citadas e as autoridades locais autoidentificadas pela própria comunidade.

Nas palavras de Portelli, “fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez.” (Portelli & Fenelon 1997, p.31). Esta se provou interessante metodologia para desvelar o passado desta complexa paisagem, repleta de trabalho humano, tida como simplória por alguns. Dar a oportunidade a uma pessoa de depor sobre sua visão da história insere o entrevistado em uma situação na qual mergulha em suas memórias, as revisita, e faz uma reflexão naquele momento. Assim, filtra sua memória com base nas vivências que acumulou até aquele dia (Romani 1996), sendo, portanto, a memória mutável e dinâmica, algo que não pode passar despercebido.

Embora o paradigma ambiental venha sendo proposto relativamente há pouco tempo na academia e há menos tempo ainda para o grande público em geral, seu aspecto transversal permitiu sua inserção nos mais diferentes aspectos do cotidiano, favorecendo sua discussão e reflexão. Assim, quando o entrevistado evoca suas memórias elas podem vir acompanhadas de uma reflexão também sobre os próprios aspectos do ambiente no passado e a relação humana com o mesmo.

Detectar tais memórias, por vezes denominadas de “subterrâneas”, significa desvelar visões da realidade que ficam à margem da chamada história oficial e do lamurioso trabalho dos historiadores que clamam por objetividade nas fontes. É necessário também que a função de produtora de fontes desta metodologia seja sublinhada. O processo das entrevistas produz os seus próprios documentos através dos depoimentos, importante ferramenta para a construção e afirmação da identidade daqueles que residem no campo “gerando registros para análises futuras de sua própria visão de mundo e aquela do grupo social a que pertencem.” (Cassab & Ruscheinsky 2004, p.12).

A PRIMEIRA TRANSIÇÃO: RETIRADA DA MATA ATLÂNTICA E A MARCHA DO CAFÉ

As histórias de riquezas imensas feitas com o café e da destruição das matas já é longamente conhecida e comentada por inúmeros autores (Dean 1997; Marquese 2008; Pádua 2002; Secreto 2000). Assim como esses autores, acreditamos que a paisagem do Vale do Paraíba do Sul seja, em grande medida, o resultado do uso intensivo dessas terras para a monocultura do café. Foi na transformação progressiva das florestas, às margens do extenso rio que dá nome ao vale, em fazendas voltadas à *plantation* do cobiçado grão, que identificamos a primeira transição da paisagem. Foram identificados durante a pesquisa transições na paisagem, com modificações nos sistemas socioecológicos e, conseqüentemente, na capacidade de resiliência dessas paisagens. Ressalta-se o termo “transição”, pois é um processo que evolui no espaço, é progressivo e dinâmico, apesar de apresentar um padrão na forma com que repercute na paisagem.

O que se observa é o avanço da cultura da rubiácea por territórios anteriormente pouco explorados, controlados por grupos indígenas que serviam apenas como caminhos ou estradas para outras paragens, territórios de circulação de bandeirantes e tropeiro (Evans & Dutra e Silva 2017). A instalação de imensas fazendas dos senhores de terras trouxe consigo uma rede mais ampla de comércio, de ofícios, de vilarejos e pequenas cidades (Holanda 2017) em detrimento da Floresta Atlântica, que teve de ceder espaço às atividades humanas.

Embora o cultivo do café fosse uma atividade moderna, potente, organizada, voltada para a maximização de lucros e geradora de grandes riquezas, ela não foi a única atividade a ser realizada no Vale do Paraíba. Assim, as fazendas de café se voltaram à produção de café, mas não somente a isso. Neste item será demonstrado como a criação de gado esteve presente também na paisagem dominada pelas lavouras do cobiçado grão da família das Rubiáceas, embora em uma escala menor.

Um lugar-comum ainda presente na historiografia brasileira é a de reduzir o Brasil colonial a seus grandes ciclos econômicos, com uma concentração de estudos sobre estes temas, corroborando para um (ainda) grande vazio informacional sobre atividades outras que integravam a paisagem, cada uma interagindo de determinada forma com a natureza, produzindo suas marcas, culturas e manejos. Maria Yedda Linhares (1996) argumenta que a historiografia brasileira possui uma visão muito “plantacionista”, exacerbando sua composição no espaço agrário, como se no Brasil houvesse somente plantações de cana de açúcar ou, posteriormente, somente de café, toda a paisagem produzindo apenas um único “produto-rei”. Desta forma, ocultam as outras produções agrícolas existentes, com uma prevalência da mandioca, permanência da dieta dos indígenas, o milho, advindo das áreas de contato

com as serras pré-andinas, e a batata-doce, cuja origem é remontada até o Brasil central (Linhares 1996). Havia toda uma outra produção, voltada, esta sim, para o abastecimento interno, para alimentação, que não deve ser menosprezada. Existiam mais do que somente monoculturas compondo a paisagem do Brasil colonial, existiam outras culturas associadas ao existir rural, outras práticas, outras técnicas de cultivo, outros saberes. Linhares prossegue, afirmando que no Brasil colonial, a economia rural se configurou basicamente em três paisagens:

a grande lavoura com seus campos definidos, incluída a área industrial, a *lavoura de abastecimento* que atendia aos interesses de consumidores urbanos e comerciantes (...) e, por fim, a *pecuária extensiva* na fronteira móvel, a cargo de sesmeiros e arrendatários, último elo fundamental de um macro-modelo agrário (Linhares 1996, s.p.)

Estas três paisagens nunca estiveram dissociadas no campo do Brasil colonial, pelo contrário, quando não simultâneas, ocorriam sucedâneas. O gado sempre esteve presente nestes grandes ciclos econômicos, pois era a grande força motriz dentro das propriedades. O carro-de-boi teve importantíssimo papel no funcionamento dessas fazendas, pois uma junta de bois conseguia carregar grandes quantidades da produção desde os campos de cultivo até os locais para beneficiamento e armazenamento.

Em qualquer uma das três paisagens, a prática de fertilizar a terra não era disseminada. Linhares compara as práticas agrícolas coloniais com a agricultura europeia do Antigo Regime, que, pelo contrário, se utilizava do esterco animal para adubar as terras de lavoura, tendo então a pecuária relevante papel dentro do sistema socioecológico de cultivo e subsistência na Europa, pois estava mais integrado ao sistema produtivo, disponibilizando nutrientes e matéria orgânica para o solo. Já no Brasil, a criação de animais sempre foi separada do cultivo, o que consolidou o ato de não empregar os resíduos sólidos da pecuária nas lavouras (Linhares 1996), gerando baixa fertilidade do solo em um espaço de tempo relativamente curto. Isso também propiciou uma ativa mobilidade das lavouras de café (Secreto 2000), que se iniciaram no Rio de Janeiro, atingiram o Baixo Vale do Paraíba e, ao encontrar tal corredor natural de matas virgens e fronteiras abertas, foi se deslocando em direção à montante do Rio Paraíba do Sul, alcançando por fim o Oeste Paulista, e em seu movimento o plantio de café deixava para trás terrenos exauridos (Ab'Saber & Bernardes 1958). A marcha do café consistiu, resumidamente, em um processo de conversão do uso de solo ocorrido a partir do início do século XIX, se dividindo em três principais direções e promovendo alterações estruturais, funcionais e de composição das paisagens por onde passava.

Peloggia (2016) se utiliza dos depósitos geológicos de origem antropogênica como um registro das relações pretéritas entre humanos e não-humanos, uma vez que podem expor dados e testemunhos do passado e, assim, auxiliar na compreensão da transformação de determinada paisagem. O autor defende que, durante o ciclo do café, o homem foi capaz de modificar a “dinâmica geomorfológica nos complexos de vertentes-fundos de vale”, indicando que o processo erosivo sofrera forte influência das atividades perpetradas pelos barões do café. Avaliando os sedimentos tecnogênicos conclui que sua textura grossa, aliada a uma imaturidade mineralógica e textural avançadas, pressupõe um processo de deposição muito intenso. Este processo testemunhou uma grande quantidade de sedimentos acima da média que assorearam fundos de vale (Peloggia 2016). Estes depósitos seriam então fruto e reflexo da forma com que o relevo era apropriado pela lavoura cafeeira, com o descaso com a conservação do solo que era geral. O autor assinala ainda que, apesar de ter tido pouca expressão temporal – ocorreu em um intervalo de anos pequeno, mesmo para a escala temporal da história – suas consequências tiveram grande magnitude e remodelaram muito da geomorfologia que se vê na paisagem atual.

A topografia dos terrenos em que se deu o cultivo do grão foi bastante alterada por meio de nivelamentos, aragens e retirada de solo. Em muitos locais, as marcas das linhas de café ainda estão presentes na paisagem, como destaca um de nossos entrevistados, o informante 17: “Se você olhar um morro, que é puro (capim) *brachiaria*, dá pra ver as ladeiras, as ruas do café. Ainda dá pra ver, certinho assim, uma do lado da outra”. Nas regiões declivosas por onde passou o monocultivo do café, as vertentes passaram por um processo de selagem do solo, com a promoção de crostas (Dantas & Coelho Netto 1996), o que impedia a infiltração da água, além da perda de agregação de suas partículas, o que aumentou a propensão à erosão.

As transformações ambientais causadas pela cafeicultura dessa época foram tão marcantes que se estima que o clima regional foi impactado, notadamente o regime de chuvas nas áreas de Mata Atlântica ocupadas, tornando as mesmas semelhantes ao regime de chuvas das savanas. Esse efeito pode ter estendido a área de atuação do tipo climático semiúmido, típico do Cerrado brasileiro (Dantas & Coelho Netto 1996) para regiões de clima úmido. Ab’Saber e Bernardes (1958) creditam ao modo como era realizado a lavoura de café, sem preocupação com o solo, extraindo os nutrientes existentes sem retorná-los através de técnicas de adubação, como o principal fator para o declínio, sendo as crises econômicas e o fim do trabalho escravo apenas “fatores que agravaram e tornaram insustentável a situação e acarretaram a insolvência dos fazendeiros” demonstrando o peso que os fatores ecológicos desempenharam neste processo de decadência.

Guerra e Botelho (1998) assinalam que a combinação do uso intensivo e prolongado do solo sob regime de monocultura cafeeira, com a subsequente formação de pastos nessas mesmas áreas, foi um dos maiores responsáveis pelo desencadeamento de processos erosivos, ainda atuantes, na região do Vale Médio do Paraíba (Guerra & Mendonça 2004). Em função disso, a paisagem foi profundamente alterada, não somente sob o aspecto biológico, mas também em suas feições do relevo, incluindo o assoreamento de rios, a denudação de encostas e a remoção dos horizontes superficiais do solo de grandes extensões de terras, por meio da erosão laminar (Dantas & Coelho Netto 1996). Faz-se essencial então discorrer sobre o crescimento da pecuária e a expansão das pastagens neste quadro, uma vez que seus efeitos, longe de estarem dissociados, são marcas que se sobrepõem na paisagem.

SEGUNDA TRANSIÇÃO: DO CAFÉ ÀS PASTAGENS

As áreas de pastagem no Brasil foram, e são, formadas a partir do desmatamento de matas nativas em diferentes graus de regeneração, da conversão de áreas agrícolas ou da recuperação de pastos degradados. É importante destacar que em boa parte das vezes, o caminho contrário, ou seja, da regeneração de pastos e áreas agrícolas de volta a condição de florestas não aconteceu. Muitas vezes, essa trajetória tem sido impedida por uma combinação de fatores ecológicos e econômicos. Barreiros (2008), dialogando com João Fragoso (1983), chega à conclusão de que as práticas agrícolas do café davam origem a uma vegetação rasteira e um solo impróprio para a produção agrícola, funcionando como pasto em uma atividade pecuária de baixa técnica. Neste caso, estabelece-se uma relação entre agricultura e gado, o segundo sucedendo o primeiro, raramente ocorrendo integrados, mas com a grande criação comercial de gado avançando conforme o café galgava novas terras durante sua marcha (Barreiros 2008).

Ainda que não fosse uma grande criação comercial, a pecuária estava presente na paisagem da grande fazenda monocultora com produção voltada ao mercado externo. Bois e mulas eram itens indispensáveis no dia a dia do funcionamento de uma *plantation* e era comum ter uma parte do terreno reservada à criação de animais (Marquese 2008). Eles movimentavam maquinário, aravam terra, além de proverem força motriz para transporte de carga. Todas as rotas comerciais que viriam a atravessar as escarpas da Serra do Mar e da Mantiqueira eram compostas exclusivamente por tropas de mulas, únicos animais capazes de vencer as íngremes ladeiras dessas encostas. Os carros-de-boi, apesar de possuírem uma capacidade de carga maior, não poderiam lidar com declividades acentuadas, nem com estradas estreitas, limitantes que eram superados pela rusticidade das mulas. Foram esses dois animais: a mula e o boi, que mais contribuíram para o transporte de carga nos séculos XVIII e XIX. Sérgio Buarque de

Holanda aponta o primeiro quartel do século XVIII como o momento em que o gado muar começa a ser massivamente introduzido em São Paulo, vindos principalmente do Sul, rumando para as lucrativas minas do interior da colônia (Holanda 2017).

O Barão de Paty do Alferes, um dos maiores cafeicultores do Vale do Paraíba, deixou um importante documento, uma espécie de manual agrícola, que nos serve de ricos detalhes sobre o processo de instalação de uma fazenda de café na primeira metade do século XIX. Logo no início, se referindo a abertura de uma fazenda, aconselha explicitamente a divisão do terreno como a seguir:

A primeira de vossas aberturas deve ser grande, e por tal forma feita que para um lado da fazenda vos fique terreno suficiente, reservado para pastos, no mais ameno e próximo, uma boa quadra para o pomar que é útil e agradável, a um lado do qual, porém debaixo da mesma cerca, deve ficar desocupado suficiente para horta, que deveis ter com variedade para a vossa mesa. (Werneck 1863, p.58)

Nesta passagem observa-se também mais uma amostra de que a produção de alimentos acontecia nessas propriedades, assim como a criação de animais. Os animais que dependiam essencialmente de gramíneas para sua nutrição – bois, éguas e mulas – possuíam assim um espaço previamente designado especificamente para eles, separado de outro espaço produtivo, o das hortaliças e vegetais. Portanto a paisagem era manejada de forma que uma porção do terreno fosse destinada para acomodar e prover de forragem esses grandes mamíferos ruminantes na lógica interna de funcionamento de cada uma das fazendas.

Foram analisados 30 inventários de propriedades localizadas nas terras de São José do Barreiro, com registros recuando desde 1819 até o ano de 1902. Apenas em três inventários o café, seja colhido, seja em lavoura, não foi descrito, indicando sua ausência. Das 27 propriedades envolvidas com a atividade do café, 25 possuíam criação de bois, seja para leite e/ou carne (representando 92,6% dos registros analisados), seja para a tração de carros-de-boi ou outros veículos. As mulas, referidas nos inventários como “bestas de sela” ou “bestas arreadas”, de acordo com sua serventia: como montaria, no primeiro caso, ou como animal de carga, no segundo caso. Os cavalos pouco figuraram nos inventários, estando presentes em menos de dois terços dos estabelecimentos, indo de encontro com o que Buarque de Holanda levantara, com o cavalo tendo tomado então uma conotação muito mais de luxo, do que de praticidade (Holanda 2017).

Embora não haja descrição especificamente das dimensões das pastagens, das espécies de gramíneas utilizadas ou das técnicas empregadas no manejo destes pastos, os inventários, ao apresentarem um dado material e quantificável sobre os animais envolvidos na dinâmica de uma

propriedade de café, permitem inferir a relevância que possuíam no cotidiano do Vale do Paraíba do Sul. Assim, enumerar as cabeças de gado de cada propriedade permitiu que criações com 160 bois e vacas, como a da Fazenda do Monjolinho fossem reveladas no inventário de Margarida Emerenciana Ferreira em 1823. Um aspecto interessante deste inventário em especial é a grande quantidade de juntas de boi, denotando que o transporte de carga dentro da fazenda era todo realizado desta forma e dependia desses animais. Inventários como o da Fazenda Pau d'Alho, de 1858, com 50 cabeças de gado e 115 mulas, ou outros com 65 cabeças de gado e grande quantidade e variedade de animais, como no inventário de 1866 da Fazenda Catadupa, ou ainda propriedades com 100 cabeças de gado, como o da Fazenda do Campinho em 1877, demonstram a presença destes mamíferos ruminantes e, conseqüentemente, de pastagem para atendê-los.

Dessa forma, a criação de animais andava lado a lado com as condições para tal: uma área de terreno para que pudessem se nutrir. Falar de boi é falar de grama, pois o primeiro é indissociável do segundo. O capim gordura (*Melinis minutiflora*) é uma gramínea africana que já havia sido encontrada por Saint Hillaire em Goiás no início do século XIX, o que sugere que lugares no caminho para essa província, como Minas Gerais ou o Vale do Paraíba, já a conheciam. A gramínea se provou mais nutritiva que as pastagens naturais e logo foi adotada pelos fazendeiros também por se alastrar e formar pasto facilmente (Dutra e Silva et. al. 2015). Esta gramínea já fazia parte do patrimônio biológico do Vale do Paraíba, pois já era usado nos currais destinados à pecuária para abastecimento local (Silva et al. 2012), mas somente atingiu ampla distribuição pela região, chegando a ser considerada como nativa pelos locais, dada a facilidade com que era observada, quando a pecuária leiteira se tornou o carro-chefe da região.

É de forma lenta e gradual que se dá a segunda transição da paisagem: de pequenas e delimitadas áreas para pastagem durante o ciclo cafeeiro, a pecuária cresce em extensão paulatinamente, assim como a distribuição do capim gordura, chegando a meados do século XX dominando a paisagem. Atualmente observa-se inclusive que a pastagem se tornou a matriz da paisagem, não somente de São José do Barreiro, mas de toda a região do Médio Vale do Paraíba do Sul.

Os paleoterritórios do café, destituídos há mais de um século de um dos maiores obstáculos para a implementação de qualquer atividade agropecuária – a Mata Atlântica, densa e dotada de imensos indivíduos arbóreos – simbolizavam para uns “terras arrasadas”, mas para outros, podiam significar possibilidades de se iniciar algum tipo de atividade econômica. Com a queda de um sistema produtivo, outro ascende na paisagem: a pecuária. As terras desvalorizadas pelo café começaram a ser compradas

por um novo agente na configuração da paisagem: os mineiros criadores de gado do planalto do sul de Minas. Estes criadores foram paulatinamente atravessando a Serra da Mantiqueira e descendo sobre o vale, trazendo consigo a pecuária leiteira, que se generalizou como atividade na região: seguindo o exemplo dos mineiros, os antigos fazendeiros de café também adotaram a pecuária como alternativa econômica (Ab'Saber & Bernardes 1958). Entrevistados – praticantes ou ex-praticantes de atividades pecuárias – declararam que possuem raízes em Minas Gerais. Contam que, quando da baixa do preço das terras após o ciclo do café, seus familiares migraram para o vale em busca de oportunidades para continuar a criação de gado que já realizavam em seu estado natal. De fato, na província de Minas Gerais, desde 1860 o comércio de animais, que se distribuía principalmente nas suas fronteiras sul, passou a ocupar a segunda posição na exportação da província perdendo somente para o café, o qual tinha sua produção concentrada na Zona da Mata mineira, denotando um crescimento considerável (Fontanari et al. 2013). Nas palavras do informante 01, um dos pecuaristas mais antigos de São José do Barreiro:

Quando acabou o café, a terra estava sem valor, os filhos de fazendeiro não queria assumir e o fazendeiro de Minas vinha e comprava a terra barata pra trabalha sem escravo, sem mão de obra...meu avô mesmo veio de Minas.

Ainda que a criação de gado já existisse durante o ciclo do café, é com a chegada destes mineiros que ela toma vulto, agora voltada não só para um autoabastecimento e pequeno comércio local ocasional, mas efetivamente voltados para o mercado interno (Ab'Saber & Bernardes 1958). O informante 16 também forneceu informações bem similares durante sua entrevista:

Desde o tempo do café já tinha gado já, mas não em grandes proporções não.... Aqui teve muita influência de Minas (Gerais), o povo mineiro veio com o gado. Então, eles vieram mais ou menos na década de 20-30 com a crise do café. Então teve muito mineiro que veio para cá (...) e eles vieram para cá porque a topografia já era a mesma da terra deles, do Sul de Minas...

Assim, os entrevistados afirmaram que a “cultura de se criar gado” teria vindo da província contígua. Essa observação é corroborada por ser esta também a origem de muitos tropeiros que circulavam na região, atividade que possui suas raízes em Minas Gerais (Holanda 2017).

A pecuária então herda a paisagem deixada pelo café. As gigantescas fazendas foram abandonadas, ou vendidas por preços baixíssimos, já que os custos de produção, que incluem a manutenção de tais propriedades, tornaram-se muitas vezes maiores do que a renda gerada (Marquese 2008).

Os senhores do café, ao falirem, deixaram como legado terrenos de baixa produtividade, abandonando seus pés de café e deixando propriedades estruturadas, com sistemas de captação de água,

Lucas Santa Cruz de Assis Brasil; Mariana Martins da Costa Quinteiro;
Rogério Ribeiro de Oliveira

estradas e muitas benfeitorias, mas que já não serviam para a produção do grão na forma como era realizada nos anos anteriores. Muito da infraestrutura necessária a uma fazenda cafeeira não tinha serventia imediata ao exercício da pecuária. Entretanto, com alguma adaptação, as construções eram ressignificadas. A conversão de uma antiga fazenda cafeeira para uma fazenda de criação de gado ocorria da seguinte forma: os cafezais são arrancados e o criador alastrava o capim-gordura. Somente construía um curral, erigido próximo à casa destinada à moradia: não raro eram aproveitados os terreiros para essa edificação, já que o serviço de terraplanagem não era necessário. Como era uma pecuária ostensivamente extensiva, tudo que era necessário era o curral onde as vacas eram reunidas e ordenhadas pela manhã e a habitação de quem as manejava (Ab'Saber & Bernardes 1958). As arquiteturas das fazendas de café permitiram um novo uso destas terras, oferecendo alguma infraestrutura prévia para o desenvolvimento da criação de gado nestas mesmas terras. De acordo com o historiador Rafael de Bivar Marquese:

A pecuária foi o caminho que os ex-senhores encontram para manter a integridade de suas propriedades e barrar a repartição de suas terras. Os novos proprietários, que adquiriram várias das unidades de ex-senhores falidos com a crise financeira da abolição, ampliaram a atividade pecuarista, alterando por completo o espaço das antigas fazendas ao adaptá-las às novas funções (Marquese 2008, p.152)

Destro (2006) em estudo sobre a pecuária e o café em Juiz de Fora, região produtora de café "antiga", aponta a década de 1930 como o fim do domínio da lavoura cafeeira naquele local, com a ascensão da pecuária como principal atividade na região justamente por esta se constituir, naquele contexto, como a melhor alternativa ao café para os produtores. A criação de gado se mostrou não somente uma solução para as eventuais crises, permitindo uma garantia de renda mesmo em épocas de flutuação cambial severa, mas também como sucessor da atividade do café quando esta por fim definhasse. Tal processo guarda grandes semelhanças com o ocorrido em São José do Barreiro.

A degradação do sistema agrário assentado no café levou ao processo de transformação rural em que as terras exauridas pelo café foram substituídas pelos pastos, com este uso do solo pastoril avançando sobre áreas onde, não havia tanto tempo, predominavam ricas lavouras do grão. Analogamente ao processo de expansão do café, as lavouras abandonadas e terrenos exauridos pelo café representaram para a pecuária o que a Mata Atlântica representava para o café: a fronteira para expansão (Destro 2006). O crescimento da pecuária se deu sempre através da apropriação de novas terras, um modelo realmente bem similar àquele perpetrado durante a *onda verde*. Van Ausdal e Wilcox (2013) buscando compreender o papel de transformação da paisagem que a pecuária desempenha na

América Latina argumentam que esse processo de ressignificação de grandes lavouras não foi exclusividade do Médio Vale do Paraíba do Sul nem do Brasil:

A expansão para além dos limites da pecuária colonial levou alguns pecuaristas a se apropriarem de terras abandonadas pela produção de mercadorias de exportação, como o açúcar e o tabaco, e outros converteram terras agrícolas em pastos, na esteira das reformas econômicas liberais de meados do século XIX. (Van Ausdal & Wilcox 2013, p.76)

Após a derrocada final do café ocorrida em 1930, o uso dado às terras esgotadas, em sua maioria, foi o cultivo de gramíneas para os animais, acompanhado do manejo que envolve essa atividade: a semeadura, a roça das espécies vegetais que crescessem em meio ao capim e a queima das capoeiras para aumento da área disponível para pastagem. Atividade que necessita de espaços amplos, descampados e de pastagem para alimentar o gado, mas dispensa grandes investimentos em recursos humanos, uma vez que poucos homens poderiam cuidar do rebanho de uma fazenda.

Ab'Saber e Bernardes apontam que este novo sistema produtivo, o da fazenda de gado, é diametralmente oposto ao complexo cafeeiro em vários sentidos. Enquanto que a atividade do café reunia muitas pessoas, serviços e atividades no entorno do núcleo da propriedade, para a criação de gado, interessava ao fazendeiro a dispersão de seus empregados pelos seus domínios. Em locais mais afastados da propriedade mandava construir um pequeno curral, identificado como “retiro”, onde residia um empregado responsável por cuidar do pasto de “invernada”. Porém a atividade da pecuária não só reforçou a baixa densidade demográfica, assim como a baixa demografia em geral: uma atividade que necessitava de poucos braços, com aproximadamente quatro a cinco funcionários sendo suficientes para gerir cerca de 500 cabeças de gado (Ab'Saber e Bernardes 1958), uma quantidade alcançável em fazendas com já algum porte e infraestrutura. Assinalam que a tendência observada à época era justamente da expansão do pastoreio e supressão das lavouras, reforçando este arranjo dependente de baixa mão-de-obra: os fazendeiros não hesitavam em substituir as roças dos seus agregados para a expansão de suas áreas de pastagem se lhes fosse conveniente. O êxodo rural foi pronunciado nas décadas subsequentes, agravando a falta de mão-de-obra e selando a falta de possibilidades de desenvolvimento de novas atividades que não a pecuária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao averiguarmos a transição pela qual a paisagem do Médio Vale do Paraíba foi submetida, observamos que as três principais atividades agropecuárias que compartilharam a paisagem da região – o café, a agricultura familiar e a pecuária – coexistiram durante grande parte da trajetória deste espaço através do tempo, porém com cada uma se destacando em dado momento, tomando o uso majoritário

do solo. As explicações para o decréscimo de uma atividade e o crescimento de outra na paisagem estão amplamente apoiadas em fatores socioeconômicos, mas igualmente deve ser ressaltado o papel que os fatores físico-ecológicos desempenharam na moldagem da paisagem da bacia do Paraíba do Sul.

As características biológicas das gramíneas utilizadas na formação de pastagens nessas áreas onde já não havia mais café, como baixa exigência nutricional, tolerância a estiagens e rápido crescimento, somadas aos fatores socioeconômicos, como a diminuição de disponibilidade de mão-de-obra no campo, tornaram a pecuária uma das mais viáveis alternativas econômicas nas terras exauridas, compactadas e com baixa disponibilidade de nutrientes legadas pelo café. A transição da paisagem se deu muito mais em detrimento das antigas fazendas de café e em favorecimento da pecuária, deixando como legado áreas rurais assentadas na produção de leite que, atualmente, quase não pratica agricultura de gêneros alimentícios.

O Vale do Paraíba do Sul possui sobreposições de marcas em sua paisagem que podem passar despercebidas ao observador comum, naturalizando-as de tal forma como se fossem a cobertura vegetal original, pristina, sem contribuição do ser humano. Ou ainda, aquele observador que possui algum background histórico atribuirá os campos tomados de capim aos tempos do café, que retiraram toda a floresta. O ciclo do café se encerrou na década de 1930, com muitas lavouras não sendo mais rentáveis de serem continuadas e, então abandonadas ou convertidas. Na conversão para o pasto muitas das marcas das duas atividades começam a se sobrepor: de lavoura degradada para pasto dominado pelo gordura, tais espaços acumulam transformações humanas. O café retira a mata, mas o pasto toma seu lugar quando este decai e assim, as florestas não retornam como era de se esperar em terrenos abandonados.

O legado ecológico do café foi justamente prover as condições ambientais para que o capim-gordura dominasse a paisagem. Do ponto de vista ecológico, áreas agrícolas e pastos abandonados se comportam de forma distinta em relação à sua capacidade de regeneração, variando em função de diversos parâmetros como a idade de uso, o tipo e intensidade uso (se utilizaram fogo, a densidade de animais pisoteando, dentre outros). No entanto, em ambas situações (notadamente em pastos abandonados) as condições físicas e biológicas do solo e do ambiente como um todo (fertilidade, disponibilidade hídrica etc.) se modificam ao ponto de criarem barreiras à regeneração espontânea da vegetação nativa.

O avanço das pastagens representou também o fim das roças, das pequenas lavouras e do cultivo para autoconsumo. Pouco a pouco, o pasto, seja intencionalmente, seja através da ocupação

Lucas Santa Cruz de Assis Brasil; Mariana Martins da Costa Quinteiro;
Rogério Ribeiro de Oliveira

oportunista do capim-gordura nos degradados terrenos onde outrora verdejavam os cafezais, se expande, cresce, domina. E como resultante surge uma outra oposição entre o cafezal e o pasto: o primeiro, apesar de predatório com o solo e a flora circundante, promovia uma diversidade de atividades, manejos da paisagem e culturas e tradições daí advindas que a pecuária, da forma que se configurou, não promoveu. Os ofícios, profissões, formas de plantar, maneiras de cozinhar, canções de semear e festas de colher, já não abundam. O pasto extensivo precisa de pouca gente, utiliza muito espaço, demanda pouco trabalho. E reforça esse quadro.

REFERÊNCIAS

- Ab'Saber NA, Bernardes N 1958. *O Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e arredores de São Paulo*. Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro
- Albuquerque UP, Lucena RFP 2004. *Métodos e técnicas na Pesquisa Etnobotânica*. Livro rápido, Recife 189pp.
- Alves ES, Caires LR, Queiroz GA, Machado NS, Paula DJG, Barros AAM 2013. *Análise florística e fitossociológica de um paleoterritório da Serra do Cantagalo, Niterói, RJ, Brasil*. Anais do 64º Congresso Nacional de Botânica, Belo Horizonte
- Bailey K 1994. *Methods of social research*. 4ª ed. New York: The Free Press. 588p.
- Barreiros DP 2008. Sistemas agrários na Velha Província: O processo de transição para o trabalho livre sob o signo da Modernização Conservadora (1850-1888). *Topoi* 9 (17): 22-44
- Cassab LA, Ruscheinsky A 2004. Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral. *Biblos*, 16: 7-24
- Dantas ME 1995. *Controles naturais e antropogênicos de estocagem diferencial de sedimentos fluviais: Bacia do Rio Bananal (SP/RJ), Médio Vale do Rio Paraíba do Sul (Rio de Janeiro)*. PhD Thesis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.15.6p
- Dantas ME, Coelho Netto AL 1996. Resultantes geo-hidroecológicas do ciclo cafeeiro (1780-1880) no médio vale do rio Paraíba do Sul: uma análise quali-quantitativa. *Anu Inst Geociências*, 19: 61-78.
- Dean W 1997. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. Companhia das Letras, São Paulo, 484pp.
- Destro JAS 2006. Café e Pecuária em Juiz de Fora—1896-1930. *Rev Hist Econo e Econo Reg Aplicada* 1(1): 35-65
- Drummond JA 1991. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Rev Est Hist*, 4(8):177-197
- Drummond JA 1997. *Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro*. EDUFF, Niterói, 306pp

Legados Ecológicos e Transição da Paisagem no Médio Vale do Paraíba do Sul:
Do Café às Pastagens

Lucas Santa Cruz de Assis Brasil; Mariana Martins da Costa Quinteiro;
Rogério Ribeiro de Oliveira

Dutra e Silva S; Mateus RA, Braz VS; Peixoto JC 2015 A Fronteira do Gado e a Melinis Minutiflora P. Beauv. (POACEAE): A História Ambiental e as Paisagens Campestres do Cerrado Goiano no Século XIX. *Sustentabilidade em Debate* 6(2):17-32

Evans S, Dutra e Silva S 2017. Crossing the Green Line: Frontier, environment and the role of bandeirantes in the conquering of Brazilian territory. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science* 6(1), p. 120-142

Fontanari R, Saes AM, Oliveira PR 2013. Transporte ferroviário e economia regional em São Paulo: comércio de café e gado pela Cia. Mogiana EF (1900-1920). *XXXIII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social (Aphes), "Estado, Sociedade e Mercados Num Mundo Global*

Fragoso JLR 1983. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1650-1920): um estudo de relações não capitalistas de produção*. Master dissertation, UFRJ, Rio de Janeiro, 197pp.

Guerra AJT, Botelho RGM 1998. Erosão dos Solos. In: SB Cunha & AJT Guerra *Geomorfologia do Brasil*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, p. 181-227

Guerra AJT, Mendonça JKS 2004. Erosão dos Solos e a Questão Ambiental. In AC Vitte & AJT Guerra *Reflexões sobre a geografia física no Brasil*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, p. 225-251.

Holanda SB 2017. *Caminhos e Fronteiras*. 4ªed. Companhia das Letras, São Paulo, 354pp.

Linhares MYL 1996. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Le Portugal et l'Europe Atlantique, le Brésil et l'Amérique Latine. Mélanges offerts à Frédéric Mauro* 34: 5-16.

Marquese RB 2008. Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista. *Almanack braziliense* 7: 138-152

MMA (Ministério do Meio Ambiente) 2004. *Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina*. Relatório Técnico. IBAMA, Brasília

Morin E 2006. *Introdução ao pensamento complexo*. Sulina, Porto Alegre, 120pp.

Oliveira RR, Solórzano A 2014. Três hipóteses ligadas à dimensão humana da biodiversidade da Mata Atlântica. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science* 3(2):80-95.

Oliveira RR 2007. Mata Atlântica, paleoterritórios e história ambiental. *Amb. Sociedade* 10 (2): 11-23.

Oliveira RR 2015. "Fruto da terra e do trabalho humano": paleoterritórios e diversidade da Mata Atlântica no Sudeste brasileiro. *Rev de Hist Reg* 20 (2): 277-299.

Pádua JA 2002. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Zahar, Rio de Janeiro

Peloggia AUG 2016. Relíquias da destruição: registros geológicos da supressão da Mata Atlântica no Vale do Paraíba. In Cabral & Bustamante *Metamorfozes florestais: culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica*. Prisma, Curitiba, p.286-304

Legados Ecológicos e Transição da Paisagem no Médio Vale do Paraíba do Sul:
Do Café às Pastagens

Lucas Santa Cruz de Assis Brasil; Mariana Martins da Costa Quinteiro;
Rogério Ribeiro de Oliveira

- Portelli A, Fenelon DR 1997. O que faz a história oral diferente. *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. 14: 25-39
- Romani C 1996. *Um compromisso ético com o presente. Ensaios sobre história oral e social*. (mime-o) In: V Encontro Regional de História Oral - Sudeste, Unicamp
- Santos M 1997. *A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. HUCITEC, São Paulo, 310pp.
- Santos V, Solórzano A, Guedis-Bruni RR; Oliveira RR 2006. Composição do estrato arbóreo de um paleoterritório de carvoeiros no Maciço da Pedra Branca, RJ. *Pesq Bot* 57: 181 -192.
- Secreto MV 2000. Dominando la floresta tropical: desbravamentos para el café paulista (Brasil siglo XIX). *Theomai* 1
- Silva MC, Boaventura VM, Fioravanti MCS 2012. História do povoamento bovino no Brasil Central. *Rev UFG* 13(13): 34-41
- Valverde O 1967. A fazenda de café escravocrata, no Brasil. *Rev Bras de Geografia*. 29 (1): 37-81.
- Van Ausdal S, Wilcox RW 2013. No rastro das patas: a pecuária e a transformação das paisagens. *RCC Perspectives* 7: 75-82
- Veloso HP, Rangel-Filho ALR, Lima JCA 1991. *Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal*. IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, Rio de Janeiro.
- Tabarelli M, Aguiar AV, Ribeiro MC, Metzger JP, Peres CA 2010. Prospects for biodiversity conservation in the Atlantic Forest: lessons from aging human-modified landscapes. *Biological Conservation*, 143 (10): 2328-2340.
- Werneck LPL 1863. *Memoria sobre a fundação e costeiro de uma fazenda na provincia do Rio de Janeiro: Pelo Barão do Paty do Alferes, e anotada pelo Dr. Luiz Peixoto de Lacerda Werneck*. Rio de Janeiro
- Worster D 1991. Para fazer história ambiental. *Rev Est Hist*, 4 (8): 198-215

Ecological Legacies and Landscape Transition in the Paraíba do Sul Valley: From Coffee to Grassland

ABSTRACT

The Paraíba do Sul Valley was the scene of one of the most important, impacting and transforming economic cycles in the history of the Atlantic Forest. Its decline produced marks present in the landscape to the present day. Cattle breeding, already present in the region for local supply, became the major use of the soil after the coffee decay, remaining in this position until the present day. In this article, a description of the transition of the landscape of the Middle Valley of the Paraíba do Sul river,

Legados Ecológicos e Transição da Paisagem no Médio Vale do Paraíba do Sul:
Do Café às Pastagens

Lucas Santa Cruz de Assis Brasil; Mariana Martins da Costa Quinteiro;
Rogério Ribeiro de Oliveira

from the coffee to the current pasture scenario, was made. Field data, oral history and historical documents were combined in this analysis. Fieldwork was carried out in the municipality of São José do Barreiro -SP. The explanations for the decrease in coffee-growing activity and the growth of livestock in the landscape were due to both socioeconomic and physical-ecological factors, especially the ecophysiological characteristics of the fat grass. In this article, a description was made of the transition of the landscape of the Middle Valley of the Paraíba do Sul river, from the coffee to the current pasture scenario. Field data, oral history and historical documents were combined in this analysis. Fieldwork was carried out in the municipality of São José do Barreiro -SP. The explanations for the decrease in coffee-growing activity and the growth of livestock in the landscape were due to both socioeconomic and physical-ecological factors.

Keywords: Environmental History; Livestock; Landscape Transformation.

Submissão: 06/03/2018
Aceite: 18/07/2018